



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS
CNPJ: 06.217.954/0001-37
COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Referência: Tomada de Preços nº 013/2021 – CCL/PMB

Processo Administrativo nº: 1.520/2021

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de pavimentação e recuperação na sede do município de Barreirinhas.

Recorrentes: LHS MOURA FILHO EIRELI; R&T ENGENHARIA E PAVIMENTAÇÃO EIRELI; BARTOLOMEU A DE SOUSA; WR COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO EIRELI

Recorridas: FERREIRA JUNIOR ENGENHARIA LTDA; WR COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES EIRELI, CÍRCULO ENGENHARIA LTDA; GERAL CONSTRUÇÕES TÉCNICAS LTDA, R&T ENGENHARIA E PAVIMENTAÇÃO EIRELI

I – DA ADMISSIBILIDADE

Trata-se de julgamento de recurso administrativo interposto, tempestivamente, pelas empresas **LHS MOURA FILHO EIRELI; R&T ENGENHARIA E PAVIMENTAÇÃO EIRELI; BARTOLOMEU A DE SOUSA; WR COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO EIRELI**, com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93 e edital, em face do resultado do julgamento de habilitação da Tomada de Preços nº 013/2021, cujo qual fora publicado no dia 22/09/2021 no sítio eletrônico do município de Barreirinhas – MA e que consta nos autos do processo em epígrafe.

Após a análise da documentação apresentada pelas licitantes participantes da Tomada de Preços nº 013/2021, destaca-se que foram declaradas **habilitadas** as empresas **FERREIRA JUNIOR ENGENHARIA LTDA, WR COMERCIO E CONSTRUÇÕES EIRELI, CÍRCULO ENGENHARIA LTDA, GERAL CONSTRUÇÕES TÉCNICAS LTDA e R & T ENGENHARIA E PAVIMENTAÇÃO EIRELI** e **inabilitadas** as empresas **BARTOLOMEU A DE SOUSA, CONSTRUTORA CARDOSO EIRELI, CONSTRUTORA & CONSTRUÇÕES LTDA, L H S MOURA FILHO, JS COMERCIO EIRELI, VIRTCOM EMPREENDIMENTOS EIRELI, MOZAK - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, ECOTECH CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS EIRELI, I. O. S EMPREENDIMENTOS EIRELI e A PEREIRA NASCIMENTO FILHO.**

Ademais, os procedimentos inerentes a interposição de recurso encontram-se dispostos no item 10 do instrumento convocatório da Tomada Preços nº 013/2021, senão vejamos:

10.2. Recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, nos casos de:

- a) Habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) Julgamento das propostas;

(...)

10.5. O recurso será protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Barreirinhas-MA, dirigido a Presidente da CCL, que após Notificação aos demais licitantes e cumprido o prazo estabelecido no § 3º, do artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, se manifestará, submetendo o Recurso à decisão da Autoridade Competente.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS
CNPJ: 06.217.954/0001-37
COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

10.6. Os Recursos da Habilitação e Julgamento das Propostas terão efeito suspensivo. Nesse caso, a validade da Proposta será prorrogada pelo período recursal estabelecido na lei.

10.7. A intimação dos atos referentes à habilitação ou inabilitação do licitante, julgamento das propostas, anulação ou revogação da licitação, rescisão do contrato ou suspensão temporária, será feita mediante publicação na imprensa oficial.

10.8. Se presentes todos os prepostos dos licitantes na sessão em que for divulgado o julgamento da habilitação e da proposta, a intimação do ato será feita diretamente aos interessados e lavrada a ata.

Por outro lado, na Lei Federal nº 8.666/93, a interposição de recursos encontra guarida no art. 109, I, §4º. Vejamos:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação;

§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

Desta forma, as recorrentes atenderam aos requisitos de admissibilidade, considerando que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências, tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao processo licitatório, pelo que se passa à análise de suas alegações.

Cumpridas às formalidades legais, registra-se que foram comunicadas as empresas sobre as interposições de recursos administrativo, conforme comprovam os documentos acostados aos autos.

Ressalta-se que apenas a empresa **R & T ENGENHARIA E PAVIMENTAÇÃO EIRELI** apresentou contrarrazões.

Assim, o presente julgamento das razões será analisado considerando os termos dos recursos interpostos.

II – DAS RAZÕES RECURSAIS

a) BARTOLOMEU A DE SOUSA

Em síntese, a recorrente afirma que foram atendidos os requisitos de qualificação técnica previstos no edital, tendo em vista que os atestados apresentados são compatíveis com o objeto licitado. Vejamos:

(...) Assim sendo, esclarecemos que tais exigências foram atendidas pela empresa BARTOLOMEU A. DE SOUSA, como pode ser observado nas páginas 69 e 70 (dos documentos de habilitação da recorrente), com vocábulos técnicos bastante semelhantes ao



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS
CNPJ: 06.217.954/0001-37
COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

exigido no edital. “LASTRO DE CONCRETO, CONCRETO ARMADO”, que comprovam que tanto a empresa (acervo operacional) quanto o responsável técnico (acervo profissional), possuem larga experiência nos serviços exigidos. É bem verdade que não está especificado de forma clara, porém deve ser observado que para cada licitação, sempre existirão peculiaridades técnicas individualizadas, que poderão não constar de forma exaustiva nos atestados relativos a execuções de objetos bastante similares, o que não significa incapacidade da empresa executora.

Os serviços acima mencionados, são semelhantes em todos seus quesitos técnicos de execução, bem como, trabalha-se com os mesmos profissionais, assim como as mesmas ferramentas e equipamentos.

Assim sendo, se o escopo maior é atendido, não há razão para desclassificar licitante que deixe de contemplar em seu atestado algum vocábulo técnico insculpido no edital, no termo de referência ou no projeto básico. O que enseja a desclassificação é o não atendimento de fato aos requisitos editalícios. Interpretação diversa fragilizaria o processo licitatório, possibilitando a inserção nos editais de expressões técnicas que representem uma verdadeira corrida de obstáculos, de modo a permitir o direcionamento das licitações, contrariamente o interesse público. Acórdão 1899/2008 Plenário (Voto do Ministro Relator).

Sendo assim, não restam dúvidas da capacidade técnica da referida empresa e o atendimento do objeto da licitação.

Ante o exposto, a recorrente requer o provimento do recurso e, conseqüentemente, a reconsideração da decisão que a declarou inabilitada no certame.

b) LHS DE MOURA FILHO EIRELI

A recorrente afirma que não merece prosperar a sua inabilitação, pois o balanço patrimonial atende as disposições do edital. Vejamos, em resumo, suas razões recursais:

A decisão sob comento, merece ser reformada, PORQUE:

Agora vejamos, como está normatizado a obrigação da apresentação do Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário no referido edital de licitação, conforme transladado conteúdo do ato convocatório, abaixo exposto:

6.1.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

6.1.3.3. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis (Demonstração do Resultado do Exercício - DRE) do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário ou do próprio Livro Diário. vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

Com base no item 6.1.3.3, observa-se que a normativa contida no referido item, solicita somente ao licitante constituído a mais de um exercício social, a obrigação da apresentação do Balanço Patrimonial, do último exercício social, juntada do Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário. Então é notório que essa normativa não alcança esta licitante, visto que esta empresa fora constituída no exercício corrente, e apresentou Balanço Patrimonial de Abertura, conforme regramento contido no inciso "c" do item cita citado acima, abaixo apresentado:

6.1.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

6.1.3.3.(....)

c) No caso de empresa constituída no exercício social vigente a mesma deverá apresentar balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da empresa.

Acredito que a Comissão Central de Licitação, analisou a documentação econômica desta empresa, especificamente o Balanço Patrimonial de Abertura, regrado unicamente pelo inciso "c" do item 6.1.3.3 do edital, como se fosse um Balanço Patrimonial do exercício anterior, regrado pelo próprio item 6.1.3.3 do edital, pois este último é que legalmente tem



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS
CNPJ: 06.217.954/0001-37
COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

a obrigação de apresentar o termo de abertura e encerramento do livro diário, visto que a Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), em seu art. 1.078, determina que o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício - DRE e os Livros Contábeis do exercício anterior, deverão ser formalizados e registrados no órgão competente até o dia 30 de maio do exercício social seguinte.

Portanto, a recorrente pugna pela procedência do recurso e a reconsideração da decisão que a declarou inabilitada no certame.

c) R&T ENGENHARIA E PAVIMENTAÇÃO EIRELI

Em resumo, a recorrente aduz que as empresas **FERREIRA JÚNIOR ENGENHARIA LTDA, WR COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES e CÍRCULO ENGENHARIA LTDA** não atenderam aos requisitos de qualificação técnica do edital. Observemos:

Com isso, analisando a habilitação da licitante FERREIRA JUNIOR ENGENHARIA LTDA, percebemos que a mesma não apresentou o documento citados abaixo:

6.1.4 - Qualificação Técnica

6.1.4.2. Capacidade Técnica Operacional, deixou de atender as parcelas de maior relevância da alínea "b", pois os atestados apresentados não atendem as exigências, quanto ao grau de complexidade tecnológico exigidas no edital, ou seja, "execução de pavimento de concreto simples (PCS), FCK = 40 MPA, CAMADA COM ESPESSURA DE 15,0 CM. AF 11/2017".

6.1.4.12. A licitante deverá apresentar Declaração contendo a indicação do responsável técnico (ANEXO IV), que atuará como Coordenador Geral e Responsável Técnico pela execução dos serviços junto à CONTRATANTE [...]

Portanto, a licitante apresentou a declaração indicando o Responsável Técnico, omitindo a condição de que o mesmo atuaria como Coordenador Geral, assim apresentando documento de forma irregular.

Com isso, analisando a habilitação da licitante WR COMERCIO E CONSTRUÇÕES EIRELI, percebemos que a mesma não apresentou o documento citados abaixo:

6.1.4 - Qualificação Técnica

6.1.4.2. Capacidade Técnica Operacional, deixou de atender as parcelas de maior relevância da alínea "b", pois os atestados apresentados não atendem as exigências, quanto ao grau de complexidade tecnológico exigidas no edital, ou seja, "execução de pavimento de concreto simples (PCS), FCK = 40 MPA, CAMADA COM ESPESSURA DE 15,0 CM. AF 11/2017".

6.1.4.12. A licitante deverá apresentar Declaração contendo a indicação do responsável técnico (ANEXO IV), que atuará como Coordenador Geral e Responsável Técnico pela execução dos serviços junto à CONTRATANTE [...]

Portanto, a licitante apresentou a declaração indicando o Responsável Técnico, omitindo a condição de que o mesmo atuaria como Coordenador Geral, assim apresentando documento de forma irregular.

Com isso, analisando a habilitação da licitante CÍRCULO ENGENHARIA LTDA percebemos que a mesma não apresentou o documento citados abaixo:

6.1.4 - Qualificação Técnica

6.1.4.2. Capacidade Técnica Operacional, deixou de atender as parcelas de maior relevância da alínea "b", pois os atestados apresentados não atendem as exigências, quanto ao grau de complexidade tecnológico exigidas no edital, ou seja, "execução de pavimento de concreto simples (PCS), FCK = 40 MPA, CAMADA COM ESPESSURA DE 15,0 CM. AF 11/2017".

6.1.4.12. A licitante deverá apresentar Declaração contendo a indicação do responsável técnico (ANEXO IV), que atuará como Coordenador Geral e Responsável Técnico pela execução dos serviços junto à CONTRATANTE [...]



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS
CNPJ: 06.217.954/0001-37
COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

Portanto, a licitante apresentou a declaração indicando o Responsável Técnico, omitindo a condição de que o mesmo atuaria como Coordenador Geral, assim apresentando documento de forma irregular.

Portanto, a recorrente pugna pela procedência do recurso e inabilitação das referidas empresas.

d) WR COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO EIRELI

A recorrente afirma que as empresas **CÍRCULO ENGENHARIA LTDA; GERAL CONSTRUÇÕES TÉCNICAS LTDA e R&T ENGENHARIA E PAVIMENTAÇÃO EIRELI** descumpriram alguns requisitos do edital. Observemos:

A empresa Círculo Engenharia Ltda, não apresentou Normativo Municipal constante em seu corpo de informações ao qual justifique a unificação de ambas as certidões municipais, conforme já mesmo desclassificada outra empresa pelo mesmo motivo, a JS Comércio Eireli, nesta mesmo TP. Onde a empresa Geral Construções Técnicas Ltda, foram identificados três pontos que justificam a sua inabilitação, quais sejam: a) não apresentou Normativo Municipal constante em seu corpo de informações ao qual justifique a unificação de ambas as certidões municipais, conforme já mesmo desclassificada outra empresa pelo mesmo motivo, a JS Comércio Eireli, nesta mesmo TP. b) na Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos (Anexo IX), a empresa apresentou para a Tomada de Preço n. 14/2021, sendo que esta correta seria a Tomada de Preço n. 13/2021. Ou seja, não apresentou mencionada Declaração para esta TP. c) na Declaração Consolidada (Anexo XII), não foi preenchido o campo quanto ao Regime Tributário. a expor: E por fim, acerca da R & T Engenharia e Pavimentação Eirelli, passamos a) a empresa apresentou Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdenciário, vencida, com a validade de 2020 apenas. b) esta não apresentou Notas Explicativas do Balanço Patrimonial, onde tais Notas fazem parte deste, considerando que a empresa é lucro presumido. Portanto fora apresentado Balanço Patrimonial incompleto

Assim, com fulcro em suas alegações, solicita a inabilitação das empresas supracitadas.

III – DAS CONTRARRAZÕES

a) R & T ENGENHARIA E PAVIMENTAÇÃO EIRELI

Em sua defesa, a recorrida afirma que não assiste as razões de recurso invocadas pela empresa **WR COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES EIRELI**. Observemos:

Ocorre que dentre as todas as razões apresentadas no recurso da recorrente, nenhuma lhe assiste, como se passa a expor. Na primeira alegação consta em Edital que: 8.1.11. Serão proclamados HABILITADOS os licitantes que apresentarem a documentação para Habilitação de acordo com as exigências editalícias e, INABILITADOS os licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos ou os apresentarem de forma irregular, com exceção das licitantes , comprovadamente enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que, havendo alguma restrição na comprovação da Regularidade Fiscal e trabalhista , gozarão dos benefícios do artigo 43, §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº123/2006 . 8.1.11.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista , será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS
CNPJ: 06.217.954/0001-37
COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. Portanto, de acordo com o Edital, temos um prazo assegurado por Lei em apresentar uma nova certidão com validade, caso declarada vencedora do certame. Na segunda alegação: Apesar das Notas Explicativas estarem inseridas no conjunto de demonstrações, seria incoerente afirmar que sua ausência invalida as demais demonstrações, visto que sua finalidade é apenas fornecer informações adicionais, ou seja, as Notas Explicativas são um complemento das demonstrações cuja finalidade é a adequada compreensão das peças contábeis. Quanto à legislação, afirma ser inválida a exigência frente à lei de licitações, que, na sua ótica e no Edital, requer apenas o balanço e demonstrações contábeis, ou seja, não implica a presunção de inidoneidade da contabilidade da licitante, pois, vigeria o princípio da instrumentalidade das formas quanto à qualificação econômico-financeira, bastando que os documentos apresentados sejam suficientes para demonstrar a saúde financeira das empresas, assim cumprindo todos os requisitos do Edital no item 6.1.3.

Por fim, requer a improcedência do recurso interposto e a manutenção da sua habilitação.

IV – DA ANÁLISE DOS PONTOS APRESENTADOS

a) DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93).

Convém esclarecer que a vinculação ao ato convocatório, princípio fundamental das licitações, determina que os atos sucessivos do certame acordem com os dispositivos do edital.

Em sendo lei, o Edital com os seus termos atrela tanto a Administração, que estará estritamente subordinada aos seus próprios atos, quanto às concorrentes – sabedoras do inteiro teor do certame.

Por conseguinte, a Administração e as licitantes ficam restritas ao disposto no Edital, quanto ao procedimento, à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. Todos os atos decorrentes do procedimento licitatório, por óbvio, vincular-se-ão ao contrato.

Na percepção de Diógenes Gasparini, “submete tanto a Administração Pública licitante como os interessados na licitação, os proponentes, à rigorosa observância dos termos e condições do edital”.

As leis e princípios que cingem os processos licitatórios, bem como a contratação, neste caso especialmente o da vinculação ao instrumento convocatório, ressalvam a liberdade para a administração definir suas condições, entretanto, concomitantemente, estrutura-lhes de modo a restringir a discricionariedade a determinadas etapas.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS
CNPJ: 06.217.954/0001-37
COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

O referido procedimento licitatório em questão é regido pelo Edital de Tomada de Preços nº 013/2021, Decreto Municipal nº 011/2021 e subsidiariamente Lei Complementar nº 123/06.

Assim, em obediência a legislação que rege o referido certame, traz-se à análise, para maior elucidação dos fatos, as seguintes considerações que apreciam as argumentações elaboradas pela recorrente.

b) DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DAS EMPRESAS BARTOLOMEU A DE SOUSA, FERREIRA JÚNIOR ENGENHARIA LTDA, WR COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO EIRELI, CÍRCULO ENGENHARIA LTDA.

Antes de tratar das razões recursais trazidas à baila pelas recorrentes, destaca-se que os requisitos de qualificação técnica encontram previsão no final do inciso XXI, do art. 37, da Constituição Federal, o qual dispõe que nas contratações somente será abordado as “**exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações**”.

Assim, depreende-se da leitura do artigo constitucional que as exigências de qualificação técnica devem restringir-se ao mínimo necessário, com o intuito de possibilitar que a Administração verifique o licitante tenha a expertise necessária para execução do objeto de forma satisfatória, portanto, não é possível estabelecer características que ultrapassem o indispensável sob pena de frustrar o caráter competitivo do certame.

Sobre o assunto, é consolidada a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, conforme julgados a seguir expostos:

As exigências relativas à qualificação técnica devem ser motivadas e se ater ao mínimo necessário à execução do objeto, de modo a evitar a restrição ao caráter competitivo do certame.

Acórdão nº 450/2008 – Plenário

A inserção nos editais de licitação de exigência de comprovação de capacidade técnica, seja sob o aspecto técnico-profissional ou técnico-operacional, exige motivação e demonstração, tecnicamente, que os parâmetros fixados são necessários, suficientes e pertinentes ao objeto licitado, assegurando-se de que a exigência não implica restrição do caráter competitivo do certame.

Acórdão 32/2003-Primeira Câmara

Os motivos para exigência de comprovação de capacidade técnica de licitante devem ser consignados, expressa e publicamente, com a demonstração de que os parâmetros fixados são adequados, necessários, suficientes e pertinentes ao objeto licitado, a fim de assegurar a não ocorrência de restrição ao caráter competitivo do certame.

Acórdão 668/2005-Plenário

Destarte, conforme entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União, deve a Administração Pública estabelecer os parâmetros mínimos e compatíveis com o objeto licitado, com o objetivo de assegurar o maior número de interessados, em cumprimento aos princípios licitatórios da isonomia e competitividade, na busca da proposta mais vantajosa.

Nesse sentido, é como prevê o edital da Tomada de Preços nº 013/2021, que estabeleceu os requisitos necessários para comprovação da qualificação técnica no item 6.1.4 do edital. Vejamos:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS
CNPJ: 06.217.954/0001-37
COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

6.1.4. Da Qualificação Técnica:

6.1.4.1. Registro ou Inscrição da licitante e do(s) seu(s) responsável(eis) técnico(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, da região sede da licitante, que comprove atividade relacionada com o objeto da licitação.

6.1.4.1.1. Quando a empresa for registrada fora do Estado do Maranhão, caso vencedora, deverá apresentar o visto do CREA/MA, antes da assinatura do contrato.

6.1.4.2. Capacidade Técnico-Operacional: Para atendimento à qualificação técnico-operacional, a licitante deverá apresentar um ou mais Atestados que comprovem que o licitante tenha executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, as PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA E VALOR SIGNIFICATIVO a seguir:

a) É permitido o somatório de atestados para compor as parcelas de maior relevância quanto sua quantidade.

6.1.4.3 Qualificação técnico-profissional: Para atendimento à qualificação técnico-profissional, comprovação do licitante de possuir ou de que irá dispor em seu corpo técnico, profissionais de nível superior, ENGENHEIRO(S) CIVIL(S), reconhecido(s) pelo CREA detentor(res) de Atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) certidão(ões) de acervo técnico – CAT, expedida(s) por este(s) conselho(s) que comprovem ter o(s) profissionais, executado para o órgão ou entidade da Administração Pública Direta e Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, ou ainda para empresas privadas, serviço(s) de:

6.1.4.4 Atestados de fiscalização, coordenação, supervisão, direção de obra ou qualquer outra designação, não terão validade, devendo ser apresentados exclusivamente atestado(s) de atividade: EXECUÇÃO DE OBRA com sua (s) CAT'S' assim expressamente tipificada(s) em seu nível: ATUAÇÃO. 6.1.4.5 As exigências de quantidades mínimas fazem-se necessárias em função da complexidade e expressividade da obra que não pode prescindir da atuação de profissionais com comprovada experiência para os serviços de maior relevância. 6.1.4.6 A exigência de atestado de capacidade técnica da empresa faz-se necessária em função da complexidade e expressividade da obra que não pode prescindir da atuação de profissionais com comprovada experiência para os serviços de maior relevância além do respaldo da qualificação técnica da empresa licitante com a finalidade de assegurar que a empresa ganhadora tenha capacidade técnico-operacional para executar a obra.

6.1.4.7. A comprovação do vínculo de que trata o item anterior, deverá ser feita através de:

6.1.4.7.1. Apresentação de cópia autenticada da Guia de Recolhimento do FGTS e informações à previdência social (GFIP), juntamente com a relação de trabalhadores constantes no arquivo (SEFIP), do mês de referência anterior ao da licitação, na qual deverá constar o nome do responsável técnico ou carteira de trabalho ou ficha do empregado, quando se tratar de empregado da empresa, ou outro meio que comprove o vínculo empregatício, permitida a comprovação do vínculo através de contrato de prestação de serviço. 6.1.4.7.2. Cópia do contrato social ou outro equivalente, quando se tratar de sócio da empresa. 6.1.4.8. Os profissionais apresentados só poderão ser substituídos em casos excepcionais, por outros de currículos/experiências equivalentes ou superiores, mediante justificativa e/ou solicitação prévia da licitante, que poderá ser aceita ou não a sua substituição pela Administração. A comprovação de currículo deverá ser feita com a apresentação da CAT (Certidão de Acervo Técnico) emitida pelo CREA. 6.1.4.9. A substituição do responsável técnico sem a prévia anuência da fiscalização constitui infração de natureza grave conforme Tabela 01 do Item SANÇÕES ADMINISTRATIVAS. 6.1.4.10. Em caso de futura disponibilidade do profissional, a licitante deverá apresentar declaração formal, assinada pelo referido profissional, da qual deverá constar nome completo e número do CREA do profissional, informando que este irá integrar o corpo técnico da licitante caso esta seja declarada vencedora do certame, acompanhada da Declaração de Anuência ou Concordância (Anexo V) juntamente com a declaração, deverão ser apresentados os documentos que comprovem a qualificação disposta acima. 6.1.4.11. A licitante deverá apresentar Declaração formal de que disponibilizará estrutura



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS
CNPJ: 06.217.954/0001-37
COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

operacional adequado ao perfeito cumprimento do objeto da licitação. 6.1.4.12. A licitante deverá apresentar Declaração contendo a indicação do responsável técnico (Anexo IV), que atuará como Coordenador Geral e Responsável Técnico pela execução dos serviços junto à CONTRATANTE, para responder pelas atividades técnicas descritas no Projeto Básico, durante todo o período do contrato. 6.1.4.13. Declaração formal e expressa da licitante informando que disponibilizará Equipe Técnica de Apoio à execução dos serviços, com a indicação nominal, qualificação e número do registro ou inscrição nas respectivas entidades profissionais competentes (Anexo VI).

6.1.4.14. É vedada a indicação de um mesmo responsável técnico por mais de uma empresa proponente, fato este que inabilitará todas as envolvidas.

Na situação em apreço, a empresa **R&T ENGENHARIA E PAVIMENTAÇÃO EIRELI** afirmou que as empresas **FERREIRA JUNIOR ENGENHARIA LTDA**, **WR COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO EIRELI**, **CÍRCULO ENGENHARIA LTDA** não cumpriram com as exigências de capacidade técnica operacional, bem como não apresentaram a declaração contendo a indicação do responsável técnico que atuará como coordenador geral e responsável.

Entretanto, no tocante as exigências de capacidade técnica operacional, referentes as parcelas de maior relevância, entende-se que são improcedentes as alegações. No caso da empresa **FERREIRA JÚNIOR ENGENHARIA LTDA**, foram considerados os serviços de execução de piso de concreto ou execução de passeio por se tratarem de serviços similares e tecnologias de execução semelhantes.

Sobre a **WR COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO**, fora considerado os serviços de execução de calçada em concreto não estrutural, com uso de seixo rolado, como equivalente/similar para a devida comprovação.

Por último, em relação a **CÍRCULO ENGENHARIA LTDA**, considerou-se a execução de piso de concreto, piso de alta resistências e piso cimentado para comprovação das parcelas de maior relevância, por guardarem capacidade e similaridades de execução.

Não obstante, no que diz respeito a ausência de declaração indicando o Coordenador Geral e Responsável Técnico das empresas supracitadas, repisa-se que trata-se de argumento meramente protelatório da empresa recorrente, haja vista a empresa **FERREIRA JÚNIOR ENGENHARIA LTDA**, o sócio administrador é responsável técnico, além de fazer a juntada de declaração de concordância e anuência, declaração formal e expressa indicando o responsável técnico.

A empresa **WR COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO EIRELI** também fez a juntada da declaração de concordância ou anuência assinado pelo sócio administrador e responsável técnico constante da declaração formal e expressa indicando o responsável técnico.

Por fim, o responsável técnico da empresa **CÍRCULO ENGENHARIA E LTDA** também é sócio administrador e fez a juntada nos seus documentos, a declaração de concordância e anuência, bem com da declaração formal e expressa indicando o responsável técnico.

Logo, entende-se que os documentos acima mencionados e devidamente apresentados pelas empresas atendem plenamente ao que consta no edital, não merecendo prosperar os argumentos invocados pela empresa **R&T ENGENHARIA E PAVIMENTAÇÃO EIRELI**.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS
CNPJ: 06.217.954/0001-37
COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

Outrossim, em síntese, sobre as alegações invocadas pela empresa **BARTOLOMEU A DE SOUSA**, acerca dos atestados apresentados serem semelhantes e idênticos ao objeto licitado, **destaca-se que a afirmação é improcedente, visto que os serviços de execução de lastro de concreto, dito pela empresa, não comprova a parcela de maior relevância citada, por se tratar de um serviço de complexidade inferior a exigida, razão pela qual é devida a manutenção da sua inabilitação da licitação em apreço.**

c) DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA DA EMPRESA LHS MOURA FILHO EIRELI E R&T ENGENHARIA E PAVIMENTAÇÃO EIRELI

Os requisitos de qualificação econômico-financeiro previstos no edital tem a função de proporcionar a correta avaliação da boa situação financeira do licitante, de modo que a administração pública deve exigir, na fase de habilitação, a apresentação do balanço patrimonial, demonstrações contábeis, índices financeiros e certidão negativa de falência e concordata.

A indispensabilidade da apresentação destes documentos facilita o exame da capacidade de execução do objeto da licitação por parte dos licitantes, e ao mesmo tempo permite a administração pública verificar se estes poderão arcar rigidamente com os encargos financeiros decorrentes do contrato. Nesse contexto é como disciplina o art. 37, XXI da Constituição Federal:

Art. 37. (omissis)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o **qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.**

Sobre o assunto, é importante mencionar o pensamento do professor Cretella Júnior, senão vejamos:

“Qualificação econômico-financeira é a capacidade ou possibilidade de a empresa suportar os encargos econômicos do contrato, qualificação que deverá ser demonstrada pelo licitante, objetivamente na fase da habilitação, para que seja admitido como participante do certame, no qual se caracterize, de modo pleno, sua situação de solvência, diante dos créditos existentes e dos compromissos assumidos, bem como do faturamento”

Ademais, a própria Lei Federal nº 8.666/93, estabelece os requisitos de qualificação econômico financeira, conforme transcrição do art. 31. Observemos:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

III - garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no "caput" e § 1º do art. 56 desta Lei, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.

§ 1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS
CNPJ: 06.217.954/0001-37
COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade.

§ 2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser posteriormente celebrado.

§ 3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

§ 4º Poderá ser exigida, ainda, a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação.

§ 5º A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

O edital, que se encontra em consonância com a norma, definiu os requisitos a serem cumpridos pelas licitantes participantes do certame. Vejamos:

6.1.3. Da Qualificação Econômico-Financeira: 6.1.3.1. Mediante a comprovação do recolhimento pela licitante, da “garantia de participação de licitação”, correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado dos serviços, até a data da licitação, em qualquer das modalidades abaixo indicadas: a) carta de fiança bancária; b) seguro garantia; c) título da dívida pública; d) caução em dinheiro. 6.1.3.1.1. O valor correspondente à caução para participação da presente licitação é de 1% (um por cento) do valor estimado.

a) Caso a “garantia de participação de licitação” for do tipo “carta de fiança bancária”, deverá obedecer ao modelo constante do anexo i-e do presente edital e com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, para o qual não será necessária a autenticação da firma. deverá a carta de fiança bancária conter cláusula de atualização financeira, de imprescritibilidade, de inalienabilidade e de irrevogabilidade. durante o período em que o contrato se encontre oficialmente paralisado ou suspenso não poderá ser exigida a prorrogação das fianças bancárias. b) No caso de opção pela “garantia de participação de licitação” a do tipo “seguro garantia”, o mesmo deverá ser emitida por entidade em funcionamento no país, em nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS-MA, com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, para o qual não será necessária a autenticação da firma. deverá a apólice conter expressamente cláusula de atualização financeira, de imprescritibilidade, de inalienabilidade e de irrevogabilidade. c) No caso de opção pela “garantia de participação de licitação” em títulos da dívida pública, deverão tais títulos serem acompanhados de documento emitido pela secretaria do tesouro nacional, no qual este atestará a sua validade, exequibilidade e avaliação de resgate atual. d) No caso de opção pela garantia de participação em dinheiro, o interessado terá que fazer o depósito correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado dos serviços/obra, no Banco do Brasil S/A, Agência nº 1027-8, Conta Corrente nº 23.737-X, e juntar o comprovante do depósito. 6.1.3.1.2. A garantia de participação, aqui tratada, terá prazo de validade de no mínimo de 120 (cento e vinte) dias corridos a contar da data da entrega dos envelopes. 6.1.3.1.3. Na hipótese de não conclusão do processo licitatório dentro do prazo de validade da proposta e/ou prazo de validade da “garantia de participação de licitação” (fiança bancária ou seguro garantia), a COMISSÃO DE LICITAÇÃO poderá solicitar aos licitantes para revalidar por igual período, ambos os documentos sob pena de ser considerado desistente do feito licitatório; neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar as prorrogações



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS
CNPJ: 06.217.954/0001-37
COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

solicitadas. entretanto, no caso de concordância, serão mantidas todas as condições da proposta. 6.1.3.1.4. A garantia de manutenção da proposta ou garantia de participação na forma de carta fiança terá que obedecer ao modelo constante do Anexo VII deste edital. 6.1.3.1.5. No caso de seguro garantia, a empresa deverá apresentar a apólice e seus anexos, contendo as cláusulas gerais e especiais. 6.1.3.1.6. A garantia de participação será liberada no prazo de 05 (cinco) dias úteis após esgotada a fase de habilitação, para as empresas inabilitadas ou após a adjudicação, exceto a da vencedora da licitação, que poderá ser liberada após a assinatura do contrato. 6.1.3.2. Certidão negativa de falência, recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da documentação de habilitação, quando não estiver expresso o prazo de validade.

a) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi homologado judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação. 6.1.3.3. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis (Demonstração do Resultado do Exercício – DRE) do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário ou do próprio Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta; a) As empresas obrigadas à elaboração das Demonstrações Contábeis por meio da Escrituração Contábil Digital – ECD, nos termos da IN RFB vigente, terão que apresentar, até o último dia útil do mês de maio, as Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício (2019) encerrado, após esta data é obrigatória a apresentação das Demonstrações Contábeis do último exercício (2020) encerrado; b) As empresas não obrigadas à elaboração das Demonstrações Contábeis por meio da Escrituração Contábil Digital – ECD terão que apresentar, até 30 de abril, as Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício (2019) encerrado, após esta data é obrigatória a apresentação das Demonstrações Contábeis do último exercício (2020) encerrado. c) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, a mesma deverá apresentar balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da empresa. d) Na hipótese de alteração do Capital Social, após a realização do Balanço Patrimonial, a licitante deverá apresentar documentação de alteração do Capital Social, devidamente registrada na Junta Comercial ou Entidade em que o Balanço foi arquivado. 6.1.3.4. As Demonstrações Contábeis deverão ser “apresentadas na forma da Lei”, nas seguintes situações e condições, de acordo com a legislação aplicável, natureza jurídica da licitante e regime tributário a cada caso, e previsto neste instrumento convocatório, devendo observar e apresentar, nos termos conforme a seguir: a) Publicados na imprensa oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal, ou outro jornal de grande circulação da sede ou domicílio do licitante, conforme art. 289 da Lei Federal nº 6.404/1976, ou; b) Registrados e arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, e; c) Registrados no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio do licitante para as sociedades simples ou; d) Na forma do Sistema de Escrituração Pública Digital – SPED, instituído pelo Decreto Federal nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, acompanhado da cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – SPED CONTÁBIL, nos termos de Instrução Normativa editada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

As razões recursais da empresa **LHS MOURA FILHO EIRELI** se insurgem na discordância quanto a decisão de inabilitação em razão da ausência do termo de abertura e encerramento, sob o argumento de que a decisão não merece prosperar.

Cumprе destacar que as demonstrações contábeis apresentadas pela recorrida **não atendem as disposições do edital, considerando que não há amparo legal que justifique a aceitação do balanço patrimonial apresentado, considerando que o mesmo não veio acompanhado do termo de abertura e encerramento.**



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS
CNPJ: 06.217.954/0001-37
COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

Entende-se que o balanço apresentado possui similaridade com balanço intermediário, onde este tem a função de retratar a situação econômica financeira de uma empresa no curso do exercício. Sobre o assunto, cita-se a jurisprudência abaixo. Vejamos:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. APRESENTAÇÃO DE BALANÇO PATRIMONIAL PARA EFEITO E COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA. ART. 31, I, DA LEI Nº 8.666/93. APRESENTAÇÃO DE BALANÇO INTERMEDIÁRIO REFERENTE AO MÊS DE AGOSTO DO MESMO ANO. 1. Embora seja vedado o uso de balancetes para a comprovação de qualificação econômico-financeira na licitação, é cogitável, de forma excepcional, que sejam apresentados balanços intermediários, desde que haja previsão legal ou no contrato social. 2. O conceito de balanço intermediário não se confunde com o de balancete ou balanço provisório. O primeiro é um documento definitivo, cujo conteúdo retrata a situação econômico-financeira da sociedade empresária no curso do exercício, enquanto o segundo é um documento precário, sujeito a mutações. 3. Caso que se amolda à ideia de excepcionalidade, em que a figura do balanço intermediário está prevista no contrato social da empresa. (TRF-4 - AC: 50017967320174047120 RS 5001796-73.2017.4.04.7120, Relator: LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE, Data de Julgamento: 15/05/2019, QUARTA TURMA)

O próprio Tribunal de Contas da União, em citação da doutrina de Marçal Justen Filho no Acórdão nº 484/2007-Plenário já tratou o assunto. Vejamos:

(...) Por outro lado, não se confunde balanço provisório com balanço intermediário. Aquele consiste em uma avaliação precária, cujo conteúdo não é definitivo. O balanço provisório admite retificação ampla posterior e corresponde a um documento sem maiores efeitos jurídicos. Já o balanço intermediário consiste em documento definitivo, cujo conteúdo retrata a situação empresarial no curso do exercício. A figura do balanço intermediário deverá estar prevista no estatuto ou decorrer de lei.

Assim, a inabilitação da recorrente face a ausência da apresentação do termo de abertura e encerramento do balanço patrimonial apresentado, demonstra uma não observância as normas do edital e encontra guarida na jurisprudência dos tribunais. Observemos:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO. DESCUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA EDITALÍCIA. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. CORRETA INABILITAÇÃO. APELAÇÃO DESPROVIDA.1. O presente feito cinge-se sobre legalidade da inabilitação da Apelante no processo licitatório, modalidade Pregão Presencial nº 05/2012, promovido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro-CREA/RJ, devido a não apresentação dos Termos de Abertura e de Encerramento de Balanço Patrimonial da empresa, registrado na Junta Comercial ou Cartório de Registro, conforme prescrevia o edital do certame.2. De fato, não houve qualquer irregularidade na inabilitação promovida pelo CREA/RJ, eis que a Requerente reconhece, em sua peça recursal, que não apresentou os Termos de Abertura e Fechamento do balanço patrimonial requeridos pelo edital. Ademais, incabível a alegação de que a supracitada exigência é ilegal e desarrazoada, pois encontra respaldo na Resolução nº 1.330/11, do Conselho Federal de Contabilidade, que dispõe sobre o assunto.3. Por fim, vale ressaltar que a Apelante não impugnou o instrumento convocatório, em momento oportuno, conforme estabelece o artigo 41, da Lei nº 8.666/93, aceitando as regras ali impostas, não cabendo a contestação das normas editalícias após o início da licitação, sob pena de ofensa ao Princípio da Vinculação ao Edital, que deve ser respeitado por todos os participantes, por ser lei entre as partes.4. Apelação desprovida.(TRF - 2 - AC: 201251010436947, Relator: Desembargadora Federal Maria Amelia Senos de Carvalho, Data de Julgamento: 20/08/2014, Oitava Turma Especializada, Data de Publicação: 29/08/2014) (grifado).

(...)



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS
CNPJ: 06.217.954/0001-37
COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE LIMINAR - LICITAÇÃO - MODALIDADE CONCORRÊNCIA - INABILITAÇÃO - NÃO ATENDIMENTO DE ITEM DO EDITAL (TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO DO BALANÇO PATRIMONIAL) - PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO - EXIGÊNCIA PREVISTA INCLUSIVE NA LEI 8.666/93. ALEGAÇÃO DE RIGORISMO EXCESSIVO. INOCORRÊNCIA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. O Edital da licitação foi expresso ao exigir o balanço patrimonial com seus termos de abertura e fechamento quando do momento da abertura do envelope relativo à documentação de habilitação, o que não foi observado pela empresa apelante, o que viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. A Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93) exige referidos documentos no seu art. 31, inciso I. A exigência da apresentação de documentos contábeis destina-se a propiciar o exame da situação econômico-financeira da licitante, não se tratando de rigorismo excessivo. (TJPR, AC: 3492326 PR 0349232- 6, Relator: Luiz Mateus de Lima, Data de Julgamento: 31/10/2006, 5ª Câmara Cível) (grifado).

Repisa-se que a inabilitação não é indevida, visto que caso apresentasse balanço de abertura ou balanço intermediário, ambos devem ter a mesma característica dos balanços referentes a um exercício, conforme entendimento extraído da seleção de pareceres da Câmara Técnica do Conselho Federal de Contabilidade, senão vejamos:

(...) que o Balanço de Abertura e o Balanço Intermediário são demonstrações contábeis previstas na legislação vigente (fiscal e societária). **Dessa forma, as empresas devem elaborá-los em conformidade com as formalidades intrínsecas e extrínsecas, exigíveis às demonstrações contábeis referentes ao exercício social.** Nesse contexto, **as referidas demonstrações (balanço de abertura e balanço intermediário) devem ser revestidas sob os mesmos aspectos de conteúdo e forma das demonstrações contábeis anuais, sendo, portanto, no nosso entendimento, igualmente válidos para apresentação em processos licitatórios.** (grifo nosso) https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/0_sel_pareceres_net.pdf

Assim, para ter-se uma maior segurança sobre os dados apresentados, a administração exige o termo de abertura e encerramento do Livro Diário, devidamente autenticado pelo órgão competente, do qual se extrai o Balanço Patrimonial em páginas sequencialmente numeradas e em consonância com a lei.

Nesse sentido, a doutrina entende que para verificar sua autenticidade é necessário a apresentação do termo de abertura e encerramento. Sobre o assunto, é importante trazer o ensinamento do professor Joel de Menezes NIEBUHR. Vejamos:

(...)Eles registram os livros, que por sua vez, trazem consigo o resumo do balanço. Daí, **para atestar a autenticidade do balanço apresentado em licitação, é que se costuma requerer o termo de abertura e de encerramento do livro. (...). Para comprovar que o balanço já foi apresentado é que se impõe a apresentação do termo de abertura e de encerramento do livro. É de bom alvitre que o edital exija, expressamente, que o balanço seja acompanhado do termo de abertura e de encerramento, para não levar licitantes de boa-fé em erro** (grifo nosso).

Por fim, não é possível habilitar a empresa recorrente nessas condições, sob pena de violação ao princípio da isonomia do certame, posto que as demais empresas habilitadas cumpriram com o regramento previsto no edital, sendo, portanto, devida a manutenção da inabilitação da empresa **LHS MOURE FILHO EIRELI**.

Em relação a ausência das Notas Explicativas do Balanço Patrimonial pela empresa **R&T ENGENHARIA E PAVIMENTAÇÃO EIRELI**, verificou-se, após a análise da



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS
CNPJ: 06.217.954/0001-37
COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

documentação, que a empresa apresentou os documentos de qualificação econômica financeira de acordo com estabelecido no edital.

Urge-se mencionar, que o edital não exigiu a apresentação de notas explicativas e, partindo desse pressuposto, é desproporcional a administração pública inabilitar o licitante por documento não solicitado no edital, assim como seria nítida a violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, **uma vez que a apresentação do Balanço Patrimonial, com termo de abertura e encerramento, e da Demonstração dos Resultados do Exercício (Demonstrações do Superávit) – que foram apresentados pela empresa R&T ENGENHARIA E PAVIMENTAÇÃO EIRELI se mostram garantias suficientes para demonstração da boa situação financeira da empresa.**

Portanto, não merece prosperar as alegações da empresa **WR COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO EIRELI** tecidas em face da empresa **R&T ENGENHARIA E PAVIMENTAÇÃO EIRELI**.

d) DAS ALEGAÇÕES DA WR COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO EIRELI ACERCA DAS CERTIDÕES DA EMPRESA CÍRCULO ENGENHARIA LTDA, GERAL CONSTRUÇÕES TÉCNICAS LTDA E R&T ENGENHARIA E PAVIMENTAÇÃO EIRELI.

Em síntese, sobre a ausência do normativo que justifique a unificação das certidões municipais, não apresentadas pelas empresas **CÍRCULO ENGENHARIA LTDA** e **GERAL CONSTRUÇÕES TÉCNICAS LTDA**, entende-se que os argumentos são meramente protelatórios e não merecem prosperar, visto que, no caso da primeira, a certidão municipal emitida junto ao Secretaria de Fazenda do município de Riachão – MA, consta que os débitos se estendem inclusive aos de dívida ativa. No tocante a segunda empresa, é sabido que as certidões emitidas pela Secretaria Municipal de Fazenda de São Luís – MA, é unificada, conforme instrução normativa nº 004/2015, de 25 de novembro de 2015.

Ademais, sobre os equívocos constantes da declaração de inexistência de fatos impeditivos e declaração consolidada, da empresa **GERAL CONSTRUÇÕES TÉCNICAS LTDA**, trata-se de erros formais, que não invalidam os documentos apresentados, tampouco justificam a inabilitação da empresa.

Por último, em relação a certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais, dívida ativa da união e previdenciário, apresentada, vencida, pela empresa **R&T ENGENHARIA E PAVIMENTAÇÃO EIRELI**, destaca-se que a mesma amparada na prerrogativa prevista no item 8.1.11.1 do edital e art. 43§1º da Lei Complementar nº 123/06, poderá juntar a Certidão de Regularidade Fiscal com a União Federal no prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial é do momento que a proponente for declarada vencedora do certame, tendo em vista sua condição de Empresa de Pequeno Porte.

Portanto, entende-se que os argumentos exarados pela empresa **WR COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO EIRELI**, são totalmente protelatórios e improcedentes.

V – CONCLUSÃO



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS
CNPJ: 06.217.954/0001-37
COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

Por todo o exposto, sem nada mais a evocar, **CONHEÇO** os recursos interpostos pelas empresas **LHS MOURA FILHO EIRELI; R&T ENGENHARIA E PAVIMENTAÇÃO EIRELI; BARTOLOMEU A DE SOUSA; WR COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO EIRELI**, para no mérito **NEGAR PROVIMENTO** nos pedidos invocados, **em razão dos argumentos expostos não suscitarem a necessidade de reconsideração da decisão.**

Por conseguinte, remeto os autos à autoridade competente para apreciação da decisão.

Barreirinhas (MA), 13 de outubro de 2021.

Áquilas Conceição Martins
Presidente da CCL

Romário Silva Costa
Membro da CCL

Evaldo Aguiar Costa
Membro da CCL